

ATA N.º 3/2016:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE JANEIRO DE 2016:

No dia vinte e sete de janeiro de dois mil e dezasseis, pelas dezasseis horas e dez minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores Maria da Natividade Charneca Coelho, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e António Manuel da Silva Braz.

O **Sr. Presidente** cumprimenta os presentes.

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que, na sequência do pedido de substituição para esta reunião, apresentado pela Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues, convocou o Sr. António Manuel da Silva Braz para a substituir, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação (anexo à ata como documento n.º 1).

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – 1.ª Alteração ao Orçamento 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019

PONTO 2 – Atribuição de apoio financeiro às instituições parceiras do 50+ - Programa de exercício

PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Juvenil Odisseia no âmbito do projeto "Março a Partir" 2016

PONTO 4 – Atribuição de topónimos na Freguesia de Palmela. Requerente: Câmara Municipal de Palmela. Proc.º Top-928/2015. Local: Vale de Cantadores / Enxarrapais / Buenos Aires / Fonte do Cortiço - Palmela

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Informações / Assuntos diversos:

• **Assinatura do Protocolo no âmbito da Intervenção na estrutura para evitar derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela** – O **Sr. Presidente** informa que na sequência das informações e dos atos já deliberados em reunião de Câmara, vai ocorrer, no dia

de amanhã (28.01.2016), pelas 10:00 horas, na Pousada Castelo de Palmela, o momento formal de assinatura do protocolo referente à intervenção na estrutura para evitar derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela.

Encontra-se confirmada a presença de todos os intervenientes neste importante e decisivo processo, destacando em especial a presença do Sr. Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) o que, por si só, é evidência da importância da obra e do ato de que a mesma se reveste, pois é o corolário de muito trabalho e luta.

Trata-se de um grande investimento, na sequência de diligências que surtiram efeito desenvolvidas por parte do Município ao longo de anos e que o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) abriu quase exclusivamente para o Município um programa no valor de 2.800.000 euros para ser possível candidatar as obras na área da proteção do ambiente de toda aquela encosta. O processo está a decorrer, pois toda a documentação tinha de ser entregue até dia 29 do mês em curso. Acrescenta que já foram adjudicadas ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) um conjunto de intervenções.

Relembra que o Município já investiu dezenas de milhares de euros, mas, felizmente, as obras vão ser financiadas praticamente a 100%, desde logo porque o POSEUR financia 85%, e o Município de Palmela conseguiu o compromisso de a Direção-geral do Tesouro e Finanças (que são os donos do Castelo de Palmela) para que financiassem o restante.

• **Visita da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Palmela – O Sr. Presidente** alude a que o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) é um processo que, muitas vezes, escapa à perceção da generalidade dos/as Senhores/as Munícipes. Trata-se de um processo árduo e complexo. Se assim não fosse, não estariam centenas de Municípios do país à espera de verem a revisão, que iniciaram há muitos anos, ser concluída. O processo tem sido moroso, porque a legislação e as consequentes obrigações estão sempre a mudar, sendo difícil fazer sentar à mesa muitas entidades que têm de se pronunciar sobre esse importante documento estratégico, para que possa haver um correto ordenamento do território a par do desenvolvimento social, económico e de proteção dos ecossistemas.

Para o Município de Palmela este é um mandato decisivo, pois têm sido criadas todas as condições técnicas, financeiras e materiais para que o processo se desenvolva rapidamente. O Município investiu muito o ano passado e vai continuar a investir no corrente ano nos estudos necessários, consultorias e apoios (meios académicos e outros). Atingiu-se uma velocidade cruzado, sendo ainda muito difícil perspetivar a altura da discussão pública das aprovações.

Procedeu-se, finalmente, à renomeação da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Palmela, tendo em vista dar prosseguimento à conclusão do processo de concertação e escrutínio, quer dos estudos, quer das propostas de revisão do PDM que o Município tem apresentado – nomeadamente, projetos complementares da Reserva Agrícola Nacional (RAN), da Reserva Ecológica Nacional (REN), da Rede Natura, da Carta de Ruído e a delimitação da Estrutura Ecológica Municipal (EEM) e da Carta de Riscos -, das quais se destacam, também, as propostas relativas ao Regulamento, à Planta de Ordenamento e à Planta de Condicionantes.

A Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM decorre da lei, e é presidida pelo Dr. Carlos Pina, representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), coadjuvado pela Arquitecta Leonor Sintra Gomes. Integra um representante de cada uma de várias entidades, nomeadamente:

- Câmara Municipal de Palmela;
- Assembleia Municipal de Palmela;
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.;
- Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.;
- Turismo de Portugal, I.P.;
- IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.;
- Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;
- Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.;
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.;
- Infraestruturas de Portugal, S.A.;
- Direção-geral do Património Cultural;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.;
- Oito membros de Municípios vizinhos - porque o PDM não é uma ilha - os contínuos da estrutura ecológica e outros têm de ter continuidade e tem de haver concertação.

Muitas entidades vão ter de opinar sobre milhares e milhares de páginas que estão produzidas. Essa Comissão foi renomeada, a publicação foi feita em abril de 2015, e foi realizada a primeira reunião no dia 5 de novembro último. Foram apresentados os documentos já concluídos e solicitada a sua apreciação, escrutínio e concertação. A próxima reunião de concertação ainda não está agendada, mas há o compromisso de a realizar até ao próximo mês de março.

Foi considerado muito pertinente a realização de uma visita ao concelho, dada a especificidade e a diversidade de desafios do imenso território de Palmela, que vai acontecer na sexta-feira, dia 29 de janeiro. Os representantes de todas essas entidades vão visitar as principais questões, e as mais prementes, que se prendem com as mexidas no Plano de Ordenamento do Território do PDM. Só assim é possível perceber como o território tem aspetos muito peculiares. Nesse itinerário, vão procurar-se destacar realidades que vão bulir muito com alterações e

propostas que estão em elaboração, nomeadamente, as áreas urbanas de baixa densidade, as áreas de edificação dispersa - uma das características do território de Palmela -, as áreas de atividades económicas, as propostas para as novas infraestruturas rodoviárias (variantes de eixos, de corredores e de espaços-canais) e a Estrutura Ecológica Municipal (EEM).

Palmela é um concelho que, no “coração” da Península de Setúbal, é o grande “coração” ecológico da Área Metropolitana de Lisboa. Em Palmela existe de tudo. Outros concelhos constroem em abundância, e Palmela tem de criar o verde, o oxigénio e a água para todos eles. Lembra que o concelho de Palmela encontra-se em cima do maior aquífero da Europa.

Quanto às Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI's), regista que estas existem um pouco por todo país, mas, em sua opinião, são em menor quantidade quando comparadas com Palmela. Não é por acaso que Palmela tem servido de estudo de caso para vários seminários nacionais, internacionais e até na Comissão de Acompanhamento deste tipo de matérias na Assembleia da República. Os trabalhos estão em curso. Há uma grande expectativa na mobilização desses parceiros para que, o próximo ano e meio possa ser frutífero, mas preferencialmente que se encurtem os prazos. Urge tomar decisões rapidamente e colocá-las em consulta pública, porque a qualquer momento podem surgir mudanças. A verdade é que a mudança de titulares, de legislação e de organismos não permite que as coisas fluam como se gostaria, acabando o concelho por ficar prejudicado. Acredita que com o trabalho realizado, estão reunidas as condições de estabilidade para se passar à reta final do processo de revisão do PDM de Palmela.

• **Visita da Delegação do Ministério de Obras Públicas de Timor – O Sr. Presidente**

destaca que, nos últimos dois dias, o Município de Palmela teve o prazer de receber uma Delegação do Ministério de Obras Públicas de Timor que escolheu os Municípios de Palmela e de Loures para perceber o funcionamento da Administração Local e das especificidades do funcionamento de ambas as organizações. O âmbito da visita incidiu em diversas áreas: recursos humanos, urbanismo, sistemas de informação, equipamentos e território.

A Delegação tinha como objetivo conhecer as boas práticas de modernização administrativa, e têm acompanhado aquelas que o Município já tem e as que estão a ser desenvolvidas nas áreas das novas tecnologias, desmaterialização de processos, gestão documental, Sistema de Informação Geográfica (SIG), serviços *on-line* e a organização na área do urbanismo.

Integrou a Delegação o Diretor-geral das Obras Públicas, a Diretora Nacional e um Técnico da Direção Nacional de Edificações, que foi recebida pela Presidência da Câmara, pela Vereação, e por alguns dos dirigentes e técnicos do Município. Foram realizadas várias reuniões de trabalho com vários setores de atividade e visitaram-se equipamentos municipais (de cultura, desporto, saneamento e o Castelo). A visita terminou na Adega da Casa Ermelinda Freitas - Vinhos, Lda..

• **Formação no âmbito do Plano Municipal de Igualdade de Género – O Sr. Presidente** informa sobre a Ação de Formação “Educação, Género e Cidadania: discursos e práticas” que está a ser desenvolvida em conjunto com o Centro de Formação Ordem de Santiago e com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

Essa formação incide na aplicação dos Guiões de Educação Género e Cidadania e pretende apoiar os profissionais de educação do pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na implementação de práticas educativas integradoras da dimensão de género da dimensão de género nas dinâmicas organizacionais das instituições educativas, visando a eliminação gradual dos estereótipos sociais de género. A formação, com a duração de 26 horas, decorre nas instalações da Escola Básica n.º 2 Hermenegildo Capelo, em Palmela, em horário pós-laboral e destina-se a educadores, docentes e outros profissionais com intervenção junto de crianças e jovens. O Centro de Formação Ordem de Santiago encontra-se a promover a divulgação da ação junto dos agrupamentos de escolas e escolas secundárias do concelho.

Encontra-se, também, a decorrer uma outra ação de formação, dirigida a profissionais e voluntários/as das corporações de bombeiros do concelho de Palmela, sobre Igualdade de Género que está a ser promovida pelo Município em parceria com a Questão de Igualdade – Associação para a Inovação Social, a Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico (ACEESA), a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Palmela, a Associação Humanitária de Bombeiros de Pinhal Novo e a Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura, no âmbito do projeto “EQUO – Igualdade de Género na Economia Social e Solidária”.

O processo formativo, que teve início a 14 de janeiro, vai decorrer até 11 do próximo mês de fevereiro no Auditório da Biblioteca de Palmela e insere-se num quadro geral de medidas integradas para a implementação do Plano Municipal para a Igualdade de Género que a Autarquia tem vindo a desenvolver, com o objetivo de promover uma cidadania ativa e paritária, alicerçada numa cultura de responsabilidade social que valorize a participação cívica e potencie a inclusão e coesão sociais, através da incorporação do *mainstreaming* de género nas práticas institucionais.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** saúda os presentes.

• **Substituição de equipamento de jogo e recreio da Escola Básica de Olhos de Água n.º 2 – O Sr. Vereador Adilo Costa** dá conhecimento que o Município de Palmela concluiu a intervenção no equipamento de jogo e recreio da Escola Básica de Olhos de Água n.º 2, na Lagoinha, iniciada em dezembro de 2015, em virtude de o equipamento que existia já não apresentar condições de segurança para a sua utilização por parte dos alunos da escola.

O novo equipamento é constituído por alumínio, plástico injetado, náilon reforçado interiormente com cabos de aço e resina fenólica; são materiais sintéticos, de grande resistência, de fácil de conservação e com grande longevidade. A intervenção, no valor de 11.500 euros, incluiu a construção de uma superfície de impacto e a instalação de dois escorregas, um deles em túnel, uma rede de trepar, três torres unidas por pontes e dois planos de escalada.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** cumprimenta os presentes.

• **Ampliação da rede de saneamento na zona da Carregueira** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** salienta que está a decorrer, desde 6 do corrente mês, a ampliação da rede doméstica na Rua 1º de Maio, Rua da Liberdade e Travessa de São Domingos, na Carregueira, freguesia de Pinhal Novo. Trata-se de um prolongamento de cerca de 400 metros que inclui a respetiva ligação ao emissário da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.. A obra compreende ainda a construção de ramais domiciliários, que irão dotar de saneamento mais de duas dezenas de famílias.

No mesmo local, já tinha sido feita, no final de 2015, a ampliação da rede doméstica na Rua 25 de Abril, num prolongamento de cerca de 200 metros e 15 ramais domiciliários.

• **Remodelação da rede de águas em Águas de Moura** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** informa que se iniciou a remodelação da rede de águas de abastecimento na Estrada Nacional (EN) 5, à entrada de Águas de Moura. Trata-se de uma obra de substituição de 70 metros de condutas e execução de vários nós de ligação que deverá resolver definitivamente um problema que vinha originando frequentes ruturas.

Questões apresentadas pelos/a Srs./a Vereadores/a:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** apresenta cumprimentos.

. **Eleição do Presidente da República, 24 de janeiro de 2016** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** faz uma saudação à eleição do novo Presidente da República que tomará posse dia 9 de março próximo.

Saúda o vencedor, o Professor Marcelo Rebelo de Sousa, pela vitória inequívoca e clara que teve nas eleições, bem como os outros nove candidatos pela participação democrática que tiveram e pela forma como a campanha decorreu, bem como todos os que participaram no importante ato eleitoral para a definição do futuro do país e para o funcionamento da democracia.

. **Problemas surgidos no edifício do Espaço Cidadão, em Palmela – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** alude a alguns problemas que têm provocado alergias no edifício onde se encontram instalados o “Espaço Cidadão – serviço de apoio à comunidade” e a Junta de Freguesia de Palmela. Desconhece se o problema já foi reportado à Câmara Municipal, tanto mais que o edifício é sua propriedade, e em caso afirmativo, quais as medidas que estão a ser tomadas no sentido de obviar à situação.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** saúda os presentes.

. **Eleição do Presidente da República, 24 de janeiro de 2016 –** A propósito da eleição para a Presidência da República, a **Sra. Vereadora Natividade Coelho** lamenta os números da abstenção, o que, do seu ponto de vista, é preocupante e não corresponde ao que exetável num regime democrático.

. **Ponto de situação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Palmela –** A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** solicita o ponto de situação relativamente aos recursos disponíveis na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela, em virtude do concelho apresentar inúmeros e crescentes casos.

. **Paragem do autocarro (abrigo de passageiros) em Miraventos –** A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** denuncia o estado em que se encontra o abrigo de passageiros em Miraventos, desconhecendo se o mesmo já está sinalizado. Dos 5 painéis de vidro, 3 estão partidos. Trata-se de um abrigo muito peculiar porque não existe uma única árvore e o espaço é exíguo. Tem sérias dúvidas que o local seja o apropriado, mas a realidade é que o abrigo em causa necessita de uma intervenção, para que abrigue mesmo quem o utiliza. A sua localização encontra-se à esquerda na Estrada Nacional (EN) 252 no sentido de quem se desloca para Setúbal.

. **Ervas daninhas em frente à Escola Básica Joaquim José de Carvalho, em Palmela –** A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** denuncia a existência de ervas daninhas em frente à Escola Básica Joaquim José de Carvalho, em Palmela. Pese embora todas as atenuantes que existem, designadamente o alto nível de humidade e a chuva abundante que têm contribuído para a proliferação das ervas, e, não obstante, a “luta titânica” para a sua remoção, a verdade é que há espaços e espaços. Não se tratam meramente de questões estéticas, mas, também, de segurança, porque as ervas em fricção com as pedras da calçada tornam o piso extremamente escorregadio. Questiona se está prevista alguma intervenção no sentido de

erradicar as ervas daninhas no período de pousio, porque, caso contrário, podem dar-se alguns acidentes.

O **Sr. Vereador António Braz** apresenta cumprimentos.

. **Largo junto ao Chafariz D. Maria I, em Palmela** – O **Sr. Vereador António Braz** refere que no Largo do Chafariz D. Maria I (quase em frente ao Restaurante Retiro Azul), em Palmela, é notório que quem pretender fotografar o Chafariz fica irremediavelmente com a sinalização vertical nas fotografias. Questiona sobre a possibilidade de, eventualmente, se deslocar a sinalização vertical para que quem se desloque da Quinta do Anjo para Palmela possa ver o Chafariz em toda a sua plenitude. Trata-se de um monumento que tem o seu simbolismo na vila de Palmela. Para além disso, constata que a pintura está a danificar-se.

. **Rua 9 de Março (em estado intransitável) / Rua 25 de Abril, em Cajados** – O **Sr. Vereador António Braz** alude ao facto de, de quinta-feira a domingo, existe um enorme afluxo de trânsito na Rua 9 de Março, em Cajados, em virtude da atividade de um agente económico. Em resultado disso, a rua fica intransitável. Aquele arruamento até determinado ponto encontra-se alcatroado e percebe-se que o critério do Município para o asfaltamento das ruas passe pelo número de habitantes. Todavia, considera que se o critério passa-se pela circulação, muito provavelmente faria sentido uma intervenção naquela rua. A Rua 25 de Abril, também muito utilizada para quem pretende deslocar-se para as instalações desse agente económico, encontra-se também degradada. Dada a visibilidade do local, que é visitado por muita gente do concelho e fora dele, dever-se-á colmatar essa situação.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** saúda os presentes.

. **Abatimento de calçada na Rua Afonso de Albuquerque, em Pinhal Novo** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** dá conta de um abatimento não sinalizado de calçada na Rua Afonso de Albuquerque, em Pinhal Novo, e que o terreno por baixo está sem a devida sustentação. O sucedido talvez seja resultante das chuvas ou consequência da intervenção da MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. que esteve a fazer intervenções por ali. Desconhece se é uma competência da Junta de Freguesia de Pinhal Novo ou se uma intervenção que cabe à Câmara Municipal realizar.

. **Concurso de Música Moderna** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** começa por referir que estava à espera que o Sr. Vereador Adilo Costa aproveitasse a presente reunião para divulgar o Concurso de Música Moderna, mas, como não o fez, assume esse papel.

Considera que faz falta à atividade municipal diversificar para um conjunto de ações que consigam níveis de participação nas assistências da juventude com uma permanência que permita, pela insistência, outro tipo de participação, nomeadamente, através, por exemplo, da construção de grupos informais e da ligação a outros projetos municipais como o projeto do "Março a Partir".

Comenta que *"não se está a fazer história, uma vez que está a repetir-se a história"*; regressou-se ao ano de 1996, onde o Concurso de Música Moderna coexistia com o "Março a Partir" por necessidades de programação. O Concurso de Música Moderna acaba por dar uma estrutura e consistência à programação do "Março a Partir".

Na sua opinião o que vai acontecer *"repetindo a história"* é que o bom trabalho dos serviços das associações nos dois projetos vai traduzir-se em resultados; os projetos vão crescer até ao ponto em que os fins de semana já não vão poder contê-los, sendo inevitável a sua separação, tal como acontecia em 2009. A verdade é que o mês de março possui só quatro fins de semana e as outras associações que não participam no concurso de Música Moderna vão querer realizar ações nos sábados e domingos. Sendo as eliminatórias do concurso em todos os fins de semana acabam por condicionar o próprio desenvolvimento do projeto "Março a Partir" no sentido da diversidade das atividades. Não vê nisso qualquer tipo de drama. Existe é algum desajuste e descontinuidade nessas duas atividades juvenis, porque houve avanços e recuos, mas não se vislumbra nenhum grau de inovação, nem de ideias novas, sendo que parte do princípio que as necessidades em 1996 não são as mesmas que em 2016. São questões para reflexão que deixa, até por que não possui ideias construídas.

Em relação ao Concurso de Música Moderna, que pelos vistos denomina-se agora *Warm Up*, aproveita para sublinhar que existe um Regulamento Municipal sobre essa atividade que, pelo que sabe, não foi suspenso, nem revogado, e que define um concurso de bandas amadoras, à semelhança do que está agora a ser promovido. Questiona sobre se o Regulamento do Concurso de Música Moderna se aplica ao *Warm UP*, até por algum respeito à Assembleia Municipal, pois o mesmo foi aprovado pelos órgãos Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

Quanto ao nome em si e com a oportunidade que existe de mudar, destaca que a atividade não tem recursos, mas com um capital de um concurso que existia em termos nacionais e que teve vencedores como os Hands on Approach, Terrakota e, os recém-premiados na MTV, HMB. Acontece que existe esse capital e, de repente, altera-se o nome e não existem meios para o divulgar. Acredita que deve ter havido uma boa razão para se alterar o nome, apesar de não se ter mudado a configuração do projeto, pois o mesmo foi 'apenas' redimensionado.

Para além disso, pese embora não exista Concurso de Música Moderna de Palmela desde 2009, uma pesquisa no Google com esses descritores retorna um número impressionante de registos e notícias. O mesmo já não acontece se a pesquisa se fizer por *"Warm Up"*, até porque o tema

é bastante diverso. Para além disso, não existe tempo, em termos da estratégia de comunicação para essa implementação.

Um aspeto interessante prende-se igualmente com o *Facebook*, que resolvia problemas de divulgação. O Concurso de Música Moderna conta com mais amigos do que a página do Catavento, seis anos volvidos. Isso é trabalho, capital, investimento municipal que acaba por ser perdido, por não haver essa articulação.

Questiona sobre se os prémios para o *Warm Up* estão definidos, e em caso afirmativo, considera que os mesmos deviam ser sujeitos a deliberação da Câmara Municipal. Relembra que anteriormente era assim que funcionava. Não obstante, já teve a oportunidade de ver os prémios noticiados, sem que uma proposta sobre os mesmos tivesse sido apresentada para discussão e aprovação a este Executivo.

Conclui dizendo que as questões por si apresentadas devem ser vistas numa base construtiva, pois o que mais quer é que o projeto tenha sucesso e se promova o desenvolvimento.

Face às questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia, foram dadas as seguintes respostas:

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** saúda os presentes.

_ Problemas surgidos no edifício do Espaço Cidadão, em Palmela (Questão colocada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro) – A **Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que se trata de um edifício muito antigo que foi intervencionado e desde que os problemas alérgicos começaram a ser notados que começaram a ser devidamente acompanhados pelo médico e restantes técnicos da Saúde Ocupacional da Câmara Municipal.

O edifício em causa teve as paredes expostas durante muitos anos à intempérie e não foi opção do Município, nem tão pouco do projetista, deixar algumas daquelas paredes expostas. A opção era outra, mas houve que seguir as exigências da Direção-geral do Património Cultural (DGPC). Pareceu que era uma convivência difícil, paredes novas com outras muito antigas. O que aconteceu foi que a cal não carbonou e secou o suficiente e foram libertando partículas que causaram alergias. Os materiais utilizados na obra seguiram todas as indicações da Direção-geral do Património Cultural e não se verificou nenhum problema, com exceção da humidade que só foi possível constatar com o equipamento em pleno funcionamento.

A fim de colmatar a situação, o Município de Palmela consultou o Dr. Joaquim Garcia, especialista da área do restauro, e concluiu-se que a situação descrita era reversível. Para o efeito, foi aspirada toda a cal e está a ser aplicado um verniz especial. Espera sinceramente que a intervenção resolva definitivamente o problema. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Palmela informou que a situação melhorou bastante e as pessoas que tiveram problemas sentem-se muito melhores, o que leva a crer que o assunto vai acabar por resolver-se.

_ Ponto de situação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Palmela (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Vereador Adilo Costa** considera que o assunto exposto merece uma intervenção mais profunda e sugere que a mesma seja feita num outro momento, na medida em que há uma nova lei enquadadora que, na opinião da maioria CDU, vem agravar a situação que a Sra. Vereadora Natividade Coelho pretende ver aflorada, desde logo, porque no anterior quadro havia na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela grandes dificuldades na presença dos seus representantes e dos vários parceiros. A nova legislação vem imputar às Autarquias novas responsabilidades, para além das que já têm. Lamenta que este assunto tenha ficado um pouco à margem da intervenção da própria Associação Nacional de Municípios Portugueses que devia ter uma palavra a acrescentar.

Tendo em conta a nova legislação, as reuniões passam a ser mais frequentes, sendo obrigatória a presença dos parceiros, nomeadamente ao nível das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que são 'o elo mais fraco' em termos de recursos humanos e financeiros. Na sua opinião, não se pode pedir às Instituições Particulares de Solidariedade Social que estejam numa frente de ação e, ao mesmo tempo, nas reuniões na CPCJ - indo muito para além daquilo que são as suas competências sem a devida compensação -. Essas situações não foram devidamente acauteladas e vão pôr em risco o funcionamento da CPCJ restrita e alargada.

Teoricamente a nova legislação até é bastante interessante; pena é que não venha acautelada com os respetivos meios financeiros para poder valorizar aquilo que no papel está a ser feito. Face aos problemas existentes no concelho é uma grande responsabilidade para quem está na linha da frente e, neste momento, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens têm mais poderes, poderes esse 'quase' equiparados aos do Ministério Público.

Quanto à composição da CPCJ de Palmela (restrita) são:

- os representantes das IPSS's;
- a Câmara Municipal;
- o Instituto da Segurança Social, I.P. com um técnico (quando era exetável que fossem dois);
- o Ministério da Educação e Ciência.

Infelizmente, nota-se a inexistência da representação do Agrupamento dos Centros de Saúde Arrábida/Ministério da Saúde. Na sua opinião, é necessário haver o reforço humano e financeiro para o bom funcionamento das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, pois não podem ser as Autarquias a ter de suportar os custos do seu funcionamento da forma como, pelo menos, em termos da interpretação da lei se pretende aferir.

_ Concurso de Música Moderna (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que muito bem compreende o Sr. Vereador Pedro Taleço, pois profissionalmente esteve muito empenhado no concurso. Todavia, o *Warm Up* é um «aquecimento» pensado em sede do “Março a Partir”.

Agradece a publicidade já que antecipa a conferência de imprensa que vai ser realizada no dia 18 de fevereiro, às 17:30 horas, no Centro de Recursos para a Juventude (CRJ) de Palmela, onde, para além do *Warm Up*, vão ser apresentadas outras iniciativas. Convém ter uma noção global daquilo que é o “Março a Partir”, pois o *Warm Up* engloba o próprio “Março a Partir”.

O “Março a Partir” é uma parceria da Autarquia com as associações juvenis, formais e informais, a par das associações que trabalham na área da juventude (ou que exercem diversas intervenções na área da juventude). Trata-se de uma escola de aprendizagem, de participação, onde representantes dessas associações, discutem em plenário e criam um grupo de trabalho mais restrito, para poder ser operacional, e fazem a formatação do “Março a Partir” em cada ano.

Na presente reunião será apresentada uma proposta de atribuição de apoio financeiro à Associação Juvenil Odisseia no âmbito do projeto “Março a Partir” 2016 – a seu tempo vai explicar como é que esta verba aparece e como vai ser trabalhada. Trata-se de uma parte importante do “Março a Partir” e vai ser, seguramente, o lançamento do Concurso de Música Moderna. Neste momento, o que existem são regras criadas pelos jovens em que estiveram entidades como a Odisseia e a Associação Juvenil COI (AJCOI), e na base dessa discussão especificam-se as seguintes intervenções:

- duas eliminatórias, no próximo dia 20 de fevereiro, na Sociedade Filarmónica Humanitária;
- uma eliminatória, no próximo dia 27 de fevereiro, no Moto Clube do Pinhal Novo.

Já se encontram algumas bandas inscritas, todas oriundas do concelho, tais como: Skyard, Escroto, Acid Brainwash, Toxic Desires, Cigarette, Vagina e Reticências, mas são esperadas outras bandas.

Diferentemente do Concurso de Música Moderna, cuja inscrição era a nível nacional, a inscrição é restrita ao concelho de Palmela. Foi essa a dimensão que os jovens decidiram dar a este ano de lançamento. O «aquecimento» poderá significar isso mesmo. Eventualmente a intervenção da Câmara Municipal será diferente e mais profunda porque trata-se de um Concurso de Música Moderna e não de uma iniciativa integrada no “Março a Partir”. Para além disso, não tem de ser necessariamente só com fronteira do mês de março, pois poderá ser alargado a outros períodos do ano. Como tal, não há capital perdido.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** questiona a razão pela qual não veio a reunião de Câmara a proposta especificando os prémios a serem atribuídos em termos do *Warm Up*, ao que o **Sr. Vereador Adilo Costa** responde que vai dar essa informação aquando da apresentação e discussão da proposta classificada na ordem de trabalhos desta reunião como Ponto 3 (Atribuição de apoio financeiro à Associação Juvenil Odisseia no âmbito do projeto “Março a Partir” 2016).

O **Sr. Presidente** menciona que não se deve partir do pressuposto que é um regulamento formal. Podem-se discutir os formatos. Pessoalmente conhece, acompanhou o trabalho e felicitou-o com muito entusiasmo, mas pensa que todos os modelos são válidos. O que está em consideração tem uma validação essencial, pois foi o modelo escolhido pelas associações formais e informais, e pelos jovens que fazem parte do fórum do “Março a Partir”, o que é fundamental. Opina que esse é o caminho para se chegar a outros patamares e o Município tem também o compromisso de lá chegar e que fá-lo-á.

Relativamente à questão sobre se tem de existir regulamento ou não, o **Sr. Presidente** comenta que o Sr. Vereador Pedro Taleço tem conhecimento do que já foi feito em outras épocas, até porque era dirigente associativo juvenil. Recorda que eram as associações a ter o regulamento e a fazer o financiamento, porque outras entidades não estavam em condições de receber os apoios financeiros.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que em sua opinião os prémios devem vir a reunião de Câmara para aprovação, até porque era o hábito que existia. Muitas dessas regras foram plasmadas do regulamento existente que, em grande parte, também o ajudou a escrever. Apenas coloca a questão em termos de formalismo.

O **Sr. Presidente** esclarece que a maioria CDU não omite informação, muito pelo contrário, até o faz por excesso, como o Sr. Vereador Pedro Taleço já teve oportunidade de confirmar, às questões de natureza formal.

— **Paragem do autocarro (abrigo de passageiros) em Miraventos** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Presidente** aproveita para informar que, no último trimestre do ano, foram reparados cerca de 20 abrigos de passageiros em vários locais do concelho. A situação é recorrente. Alguns desses trabalhos são feitos por administração direta, mas, no final do ano passado, houve a necessidade de recorrer ao exterior.

Quanto ao abrigo em Miraventos agradece o alerta e, naturalmente, será objeto de reparação assim que seja possível. A priorização das intervenções/reparações tem em conta os que são mais utilizados e que têm as crianças a apanhar o autocarro escolar.

– **Largo junto ao Chafariz D. Maria I, em Palmela** (Questão colocada pelo Sr. Vereador António Braz) – O **Sr. Presidente** esclarece que a sinalização colocada na interseção giratória frente ao restaurante Retiro Azul foi colocada pela Infraestruturas de Portugal, S.A.. Trata-se de uma matéria que já mereceu reparo de várias pessoas e a apreensão da parte da Câmara Municipal dada até a sua dimensão exagerada. O ideal era que o perímetro urbano fosse desnacionalizado e passasse a ficar exclusivamente na jurisdição municipal. A Câmara Municipal vai procurar que a situação seja corrigida.

Relativamente à deterioração da tinta no Chafariz D. Maria I, explica que o problema não está relacionado com as tintas usadas e que, na altura, foram aprovadas pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR). Trata-se de um monumento nacional com um paredão lateral numa encosta que, para além de ter humidade, possui uma mina de água, pelo que as intervenções têm de ser mais frequentes, procurando-se continuamente estancar algumas patologias. Quanto às repinturas, numa circunstância normal o dever de conservação de edifícios, que se encontra legislado, é de oito em oito anos para pintura exterior. A garantia até pode ser de cinco anos, mas aos três anos já se vêm problemas, pois esta parede e outras idênticas são de difícil conservação e apresentam-se com patologias muito sérias.

– **Rua 9 de Março (em estado intransitável), em Cajados** (Questão colocada pelo Sr. Vereador António Braz) – O **Sr. Presidente** alude a que há zonas onde as atividades económicas se instalam, mas não deviam. Por exemplo, numa zona de quintas haver uma quinta de casamentos, ou numa zona de habitação e ver-se instalada uma pastelaria onde se deslocam 300 pessoas é, na verdade, complicado. É, por isso, que o Município tem atualmente preocupações quando algumas unidades económicas se querem instalar fora das zonas infraestruturadas para o efeito, porque embora seja mais em conta para estas, em troca exige-se que façam a execução da estrada. Não é o que se passa no caso em apreço.

Recordar que nas Grandes Opções do Plano (GOP) encontram-se previstos, ainda para este ano, o arranque do prolongamento e reperfilamento do Vale da Abrunheira, onde se inclui o referido arruamento. Até isso acontecer, vai procurar-se com a conservação permanente resolver algumas questões que são normais e que com o inverno se tornam mais visíveis. Em outras matérias relacionadas com os aceiros em Marateca e Poceirão, é necessário averiguar com a União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

– **Ervas daninhas em frente à Escola Básica Joaquim José de Carvalho, em Palmela** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Presidente** confirma que as ervas daninhas estão por todo o concelho e esta é, de facto, a pior altura do ano. Tem sido aplicado herbicida e, neste momento, procede-se ao corte das ervas, mas também é verdade

que os trabalhadores não conseguem estar em todo o lado ao mesmo tempo. A química é mais eficiente e poupa recursos e trabalho durante alguns meses, mas a sua utilização obriga a que estejam uns 15 dias sem chover. Acredita que os resultados vão começar a aparecer.

O uso da calçada portuguesa é uma opção, pese embora tenha os inconvenientes descritos, mas garante que o Município tem preocupação em relação ao seu espaço público, tanto que as brigadas estão preparadas e aplicam a monda química cinco vezes ao ano, quando anteriormente eram suficientes duas ou três aplicações/ano. As equipas estão no terreno e encontram-se preparadas para quando o tempo melhorar e seja aplicada a química. É um desafio. Não basta ter uma infraestrutura nova, pois, logo a seguir, existe mais área para tratar. Por exemplo: existe um passeio novo acabado de fazer em Aires, mas já lá estão ervas a nascer; ou uma ciclovia, mas que necessita do corte das ervas. É real que as ervas daninhas se estendem aos espaços urbanos, pelo que urge atuar e encontrar meios para tal.

_ Abatimento de calçada na Rua Afonso de Albuquerque, em Pinhal Novo (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O **Sr. Presidente** confirma que a intervenção em causa é uma competência da Câmara Municipal que está delegada na Junta de Freguesia de Pinhal Novo. O abatimento de calçada em causa é transmitido à Junta de Freguesia respetiva, desde que tenha sido comunicado à Câmara Municipal ou seja do conhecimento desta.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco, no período compreendido entre 13.01.2016 e 26.01.2016.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SR.ª VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sr.ª Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 11.01.2016 a 22.01.2016.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 13.01.2016 a 26.01.2016, no valor de 2.669.973,04 € (dois milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, novecentos e setenta e três euros e quatro centimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 26.01.2016, apresenta um saldo de 7.400.702,87 € (sete milhões, quatrocentos mil, setecentos e dois euros e oitenta e sete centimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 6.456.817,48 € (seis milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e dezassete euros e quarenta e oito centimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 943.885,39 € (novecentos e quarenta e três mil, oitocentos e oitenta e cinco euros e trinta e nove centimos).

ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – 1.ª Alteração ao Orçamento 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019.

PROPOSTA N.º DADO 01_03-16:

«A 1.ª alteração ao Orçamento 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019 tem como finalidade proceder ao reforço de dotações com insuficiência de verbas para acomodar encargos transitados do ano de 2015 e cuja liquidação se considera imperiosa para assegurar o

cumprimento da Lei dos Compromissos em Atraso, bem como o reforço de diversas ações com dotações insuficientes e/ou com valores a definir, de modo a possibilitar o lançamento de procedimentos concursais urgentes, nomeadamente:

1. Reforço da dotação da ação Requalificação da EB Palmela 2, cujo valor se encontra integralmente a definir, de modo a possibilitar o lançamento do procedimento para o projeto;
2. Reforço da dotação da ação Parque Escolar-Beneficiários Diversas, cujo valor se encontra integralmente a definir, de modo a possibilitar a abertura de diversos procedimentos;
3. Reforço da dotação da ação Conservação e manutenção de edifícios, espaços e equipamentos públicos no Centro Histórico para permitir diversas reparações urgentes;
4. Reforço da dotação da ação Elaboração do Plano Diretor Municipal, para assegurar a continuidade de consultorias externas para apoio ao processo de revisão do PDM;
5. Reforço da dotação da ação Plano Pormenor da Quinta do Bacelo – Quinta do Anjo, cujo valor se encontra parcialmente a definir, de modo a permitir contratação adicional;
6. Reforço da dotação da ação Reforço do Abastecimento de Água a Pinhal Novo, para lançar novo concurso para a ligação dos furos da Fonte da Vaca ao reservatório da Cascalheira, uma vez que o procedimento inicial ficou deserto;
7. Reforço da dotação da ação Ligação do Furo RA1 ao sistema de abastecimento – Palmela, de modo a possibilitar a sua adjudicação;
8. Reforço da dotação da ação Lavagem de Contentores, de modo a possibilitar a inclusão no concurso de outros serviços inicialmente não previstos;
9. Reforço da dotação da ação Recuperação de outros Espaços Exteriores, para permitir lançar primeira fase da Urbanização Serra Grande e outras intervenções;
10. Reforço da dotação da ação Centro de Recolha Oficial Animal, para pagamento de faturação transitada;
11. Reforço da dotação de diversas ações relativas ao projeto Conservação / Gestão e Animação do Castelo, de modo a possibilitar o lançamento de procedimentos concursais;
12. Reforço da dotação de diversas ações relativas ao projeto Espaços de Jogo e Recreio e Polidesportivos, de modo a possibilitar o lançamento de procedimentos concursais;

13. Reforço da dotação da ação Implementação do PAESP / Promoção da eficiência energética, cujo valor se encontra integralmente a definir, de modo a possibilitar o lançamento de procedimento concursal, uma vez que a candidatura já foi aprovada;
14. Reforço da dotação de diversas ações relativas ao projeto Melhorar a Rede Viária Municipal, de modo a possibilitar o lançamento de procedimentos concursais;
15. Reforço da dotação da ação CICLOP7 - Rede Ciclável da Península de Setúbal - Concelho de Palmela, cujo valor se encontra integralmente a definir, para permitir o pagamento de faturação transitada;
16. Reforço da dotação da ação Festivais e Eventos de Promoção Turística, para permitir o pagamento de faturação transitada.

Foram, igualmente, introduzidos outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

A compensação destes reforços foi efetuada com a diminuição de dotação de ações relativas aos pagamentos à ADLVT (ex-Simarsul) e Transportes Escolares, cujas verbas não serão necessárias utilizar nos primeiros meses do ano e que serão repostas na 1.ª revisão aos documentos previsionais, com a inclusão do saldo de gerência de 2015.

O valor desta alteração é de 884.187,00 € (oitocentos e oitenta e quatro mil, cento e oitenta e sete euros), e representa 2,08% do Orçamento em vigor.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1, do art.º 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se** a aprovação da 1.ª alteração ao Orçamento de 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019.»

Sobre a proposta de 1.ª Alteração ao Orçamento 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019 numerada DADO 01_03-16 intervêm:

O **Sr. Presidente** começa por referir que a presente proposta tem como finalidade reforçar dotações com insuficiências de verbas. É o que acontece nas primeiras alterações de cada ano. Acomodam-se encargos transitados do ano de 2015, porque há faturas e autos que transitam de um ano para outro. Isso é feito para o Município não entrar em incumprimento com o pagamento e, também, para não pôr em causa outras ações que são pagas pelas mesmas rubricas. Outra questão prende-se com a necessidade de reforço de diversas ações com dotações insuficientes e/ou com valores "a definir". Como é sabido muitas das ações na altura do fecho do Orçamento foram aprovadas com valores "a definir" e foi dito que à medida que o ano fosse avançando iam sendo definidas. A clarificação maior será efetuada em sede de revisão ao Orçamento 2016 e GOP 2016-2019.

Aproveita para dar nota da necessidade que se justifica esta alteração e apresenta exemplos de vários procedimentos concursais urgentes que não quer ver atrasar para estar à espera de outras revisões que, por via das alterações, possibilitam o desbloquear essas ações. Destaca:

- Reforço da dotação da ação “Requalificação da EB Palmela 2”, cujo valor se encontra integralmente “a definir”, para possibilitar o lançamento do procedimento para o projeto, já aprovado, do estudo prévio dos arranjos do logradouro da escola;
- Reforço da dotação da ação “Parque Escolar - Beneficiações Diversas”, cujo valor se encontra “a definir”;
- Reforço da dotação da ação “Conservação e manutenção de edifícios, espaços e equipamentos públicos no Centro Histórico” para permitir diversas reparações;
- Reforço da dotação da ação “Elaboração do Plano Diretor Municipal”, porque é necessário dar continuidade a consultorias externas, na sequência da concertação há que haver muitas alterações e o trabalho vai ter de continuar a ser feito para alterar regulamentos, cartografia e cartas de condicionantes;
- Reforço da dotação da ação “Plano Pormenor da Quinta do Bacelo - Quinta do Anjo”, cujo valor se encontra parcialmente “a definir”. Da discussão pública ocorrida e de algumas alterações encontradas nos terrenos foi necessário alterar grande parte de duas unidades de execução desse Plano. As alterações significativas, associadas a nova legislação, obrigam a realizar outro tipo de estudos complementares. Agora que o Plano se encontra consolidado, pode-se partir para a conclusão do mesmo com nova consulta pública antes da sua aprovação final;
- Reforço da dotação da ação “Reforço de Abastecimento de Água a Pinhal Novo”, para ligação dos furos da Fonte da Vaca ao reservatório da Cascalheira, pois o procedimento ficou deserto de concorrentes. Era algo que estava devidamente dotado e previsto para o ano anterior, mas não houve empresas que quisessem assegurar a intervenção. Supõe que, por aquele valor, é necessário voltar a fazer novo procedimento, pelo que a ação transitou para o ano em curso;
- Reforço da dotação da ação “Ligação do Furo RA1 ao sistema de abastecimento – Palmela”, porque o valor é superior e só deste modo se pode passar à adjudicação;
- Reforço da dotação da ação “Lavagem de Contentores”. Encontra-se pronto para ser adjudicado. Já no início do ano o procedimento vai abranger as quatro lavagens anuais, mas existem zonas do território que precisam ser reforçadas nesta medida;
- Reforço da dotação da ação “Recuperação de outros Espaços Exteriores”, para permitir, por exemplo, lançar a 1.ª fase da requalificação do espaço exterior da Urbanização da Serra Grande, em Palmela, que ficou abandonado pelo promotor;
- Reforço da dotação da ação “Centro de Recolha Oficial Animal”, porque existe faturação que transitou para este ano e ainda havia uma parte significativa de verba do ano anterior;

- Reforço da dotação de diversas ações relativas ao projeto “Conservação / Gestão e Animação do Castelo”, para lançar os procedimentos concursais;
- Reforço da dotação de diversas ações referentes aos “Espaços de Jogo e Recreio e Polidesportivos”, para permitir lançar concursos de reparações urgentes;
- Reforço da dotação da ação “Implementação do PAESP [Plano de Ação para a Energia Sustentável de Palmela]/Promoção da eficiência energética”, para permitir o lançamento de um procedimento para uma candidatura que já foi aprovada;
- Reforço da dotação de uma ação relacionada com o projeto “Melhorar a Rede Viária Municipal”, para lançar procedimentos concursais;
- Reforço da dotação da ação “CICLOP7 – Rede Ciclável da Península de Setúbal – Concelho de Palmela”, cuja verba encontrava-se “a definir”. Trata-se de pagar o resto da ciclovie de Aires e preparar outros processos que, devido ao período de chuvas, têm sido mais morosos;
- Reforço da dotação da ação “Festivais e Eventos de Promoção Turística”, para permitir o pagamento de faturação transitada. Pese embora a classificação, na prática tem que ver com a aquisição de serviços (iluminação de Natal) que, por lapso do fornecedor, acabou por ser faturado com data de janeiro. O Município pretendia liquidar tudo, mas para pagar em janeiro há que fazer essa transição;
- As demais referem-se a pequenas ‘afinações’ e acertos sem expressão.

A compensação destes reforços foi conseguida à custa da diminuição da dotação de ações que têm que ver com o pagamento à AdLVT - Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (antiga SIMARSUL - Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A.) e aos Transportes Escolares, cujas verbas não serão necessárias utilizar nos primeiros meses do ano. Aquando da incorporação do saldo de gerência, na revisão ao Orçamento no mês de abril próximo, haverá tempo para repor as verbas. Sobretudo estão a ser retiradas verbas das Despesas Correntes para fortalecer as Despesas de Capital.

O valor da presente alteração é de 884.187 euros e representa 2,08% do Orçamento em vigor.

O **Sr. Presidente** continua a sua intervenção com destaque para:

- A ação “Parque Escolar - Beneficiações Diversas” com um reforço de 50.000 euros. Deve-se à necessidade de abrir procedimentos para as obras da 1.ª fase de reparação das patologias da Escola Básica de Aires. É uma obra com um custo de 32.236 euros;
- Outro investimento significativo é a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) Biológica em Algeruz/Lau, no montante de 26.500 euros;
- A área do Centro Histórico com um reforço de 16.200 euros por causa da pérgola que estava sobre o Mercado Municipal e que foi reparada;

- Encontram-se previstas intervenções importantes a fazer nas colunas do edifício dos Paços do Concelho, entre outras;

- Há uma pequena verba para intervenções no domínio da acessibilidade na rua principal de Águas de Moura. Ressalva que o projeto que o Município tem para o local é de outra monta e visa ligar a Urbanização do Sobreiro. Trata-se de um projeto que está candidatado no Plano de Ação de Apoio às Comunidades Desfavorecidas no âmbito da candidatura que o Município de Palmela fez ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU). Todavia, vão ser realizadas, desde já, algumas intervenções, em virtude de os avisos estarem a demorar para ser publicados.

O **Sr. Presidente** aproveita para apresentar explicações relacionadas com grandes reforços que estão a ser feitos, nomeadamente:

- Casa Hermenegildo Capelo no montante de 33.500 euros. Inclui a casa, as arcadas que se encontram em frente e os vãos que vão ser tapados;
- Terraços da Praça de Armas no montante de 66.200 euros. No ano de 2015 constava em Plano, mas houve a necessidade de reforçar;
- Intervenção nas encostas do Castelo para evitar derrocadas no montante de 100.000 euros. É um reforço para as intervenções de natureza estrutural nas encostas no Castelo de Palmela. Como o Município já teve gastos com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), é necessário um reforço. O montante será aplicado em obras coercivas. Trata-se de uma estratégia que a Câmara Municipal está a tentar encetar no âmbito do que importa intervencionar no Castelo e que não se relaciona com a encosta, mas com as muralhas. No final, o Município poderá levar o processo à Direção-geral do Tesouro e Finanças, a fim de ser ressarcido da intervenção realizada;
- Espaços de jogo e recreio e polidesportivos. As questões que se prendem com as superfícies de impacto e outras são fundamentais e sempre prioritárias;
- Promoção Turística no montante de 40.800 euros. Refere-se à iluminação natalícia.

Por solicitação do Sr. Presidente, intervém a Sra. Diretora do Departamento de Ambiente e Gestão Operacional do Território para acrescentar o seguinte:

. Atendendo a que a intervenção não é feita com recurso ao uso do microfone não fica a mesma registada em ata.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere que o/as Vereador/as do PS vão votar a favor, porque a 1.ª alteração orçamental constitui uma inevitabilidade, na medida em que é necessário haver mais informação para “definir” se há transições de liquidações que são necessárias de encargos transitados. A proposta não oferece qualquer dúvida.

Agradece a escaupelização do texto da proposta que o Sr. Presidente fez, até porque permite ter a perceção do que são as prioridades.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** adianta que se vai abster na votação desta proposta. Relembra que, enquanto representante da coligação do PSD/CDS, votou contra o Orçamento; a abstenção que vai assumir tem muito a ver com razões que a própria Sra. Vereadora Natividade Coelho já abordou: a concretização de muitas verbas “a definir” que decorre da estimativa que é feita em sede de Orçamento e que só agora se tornam possíveis de concretizar.

Acrescenta que, em virtude de se estar perante uma alteração orçamental, como é sabido, as verbas não podem nem aumentar nem diminuir. Para além disso, constata-se reforços e diminuições em várias rubricas. Dado que o Sr. Presidente referiu a diminuição da dotação dos pagamentos à AdLVT - Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (antiga SIMARSUL - Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A.) e aos Transportes Escolares, questiona como é possível pensar nessa diminuição que pode vir a ser necessária no futuro. A não ser que se esteja a pensar numa eventual revisão, quando for altura disso, com a incorporação do saldo da gerência ou, eventualmente, com poupanças que a própria Autarquia esteja a planear. Está a pensar na questão da renegociação da dívida com a AdLVT e de alguns aspetos transitados de acordos do passado “ainda” do tempo da SIMARSUL.

O **Sr. Presidente** começa por agradecer as palavras da Sra. Vereadora Natividade Coelho. Acrescenta que a maioria CDU procura ter este tipo de propostas o mais objetivadas possível e, também, escarpelizadas para que não restem dúvidas; até porque a designação das rubricas é sempre geradora de confusão na interpretação e na aplicação dos dinheiros.

Quanto às questões suscitadas pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, o **Sr. Presidente** responde:

- . É em sede de revisão orçamental que as verbas vão ser repostas;
- . Relativamente à renegociação da dívida, o Município de Palmela vai fazer nova insistência junto da AdLVT, apesar de ter havido uma redução no valor dos juros que estavam a ser aplicados. A maioria CDU é de opinião que, ainda assim, é possível reduzir mais e, sobretudo, negociar, caso o Município esteja em condições de antecipar parcelas do pagamento, o que é o caso, e isso foi feito quase no penúltimo dia de existência da SIMARSUL, sendo que a verba que respeitava ao ano de 2018 já foi totalmente paga. É objetivo do Município que essa negociação se concretize com a maior celeridade. Aproveita para clarificar que essa necessidade não é uma questão de estimativa, pois o Município é mesmo forçado a colocar algumas verbas “a definir”, até porque muitas dessas obras fazem parte dos projetos que o Município tem candidatado. A Câmara Municipal não vai ter condições para as lançar, sem ter a convicção que o aviso sai e que vai ter o financiamento para elas. Isso não acontece com outras obras, porque correspondem a compromissos de mandato e, também, porque o objetivo é ir fazendo, desde já, aquilo que é mais urgente, mas existem obras cujo modelo ainda não se encontra fechado. A Câmara Municipal está na posse dos estudos prévios, mas não do projeto, pelo que ainda não se sabe o custo;

. As verbas “a definir” também estão relacionadas com a capacidade que a Câmara Municipal tem de se aproximar do Orçamento real. As verbas serão repostas quando entrarem as verbas respeitantes a fundos comunitários, com a poupança que se conseguiu fazer e o saldo da gerência. É necessário começar a ter a perceção de como as obras que são alvo dos reforços nesta alteração vão ter financiamento ou não, e ter-se-á de analisar a necessidade ou não de pedir financiamento para essas mesmas obras. Entre a estimativa e o “a definir” a explicação passa por aqui. Considera que não vale a pena ser mais preciso sem se ter o conhecimento do valor das obras para as quais o Município ainda não tem o orçamento real. Se por um lado o projeto não está feito, por outro aguardam-se os avisos das candidaturas;

. O Município estima conseguir fazer poupanças nos Transportes Escolares, até porque tem havido ligeiras reduções;

. Quanto aos pagamentos à AdLVT - Águas de Lisboa e Vale do Tejo – Grupo Águas de Portugal, também é exetável uma diminuição, mas não só em resultado da renegociação, pois de facto continua a confirmar-se a tese que a maioria CDU sempre defendeu passa pela medição com base nos caudais reais. No primeiro ano, conseguiu-se uma poupança de aproximadamente 300.000 euros, e no segundo ano, de 370.000 euros. Foram centenas de milhares de euros que o Município de Palmela teve de pagar durante anos. Relembra que a tutela do anterior Governo teve responsabilidades nisso, porque a Câmara Municipal desde 2010 que andava a denunciar a situação. Houve, pelo menos, duas tutelas que não foram sensíveis à necessidade da entrada em funcionamento da medição dos caudais reais.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 2 – Atribuição de apoio financeiro às instituições parceiras do 50+ - Programa de exercício.

PROPOSTA N.º DEIS 01_03-16:

«Desde a implementação do *+60 - Programa Municipal de Atividade Física*, em 1996, que algumas das aulas de Atividades Gímnicas e Dança decorrem, gratuitamente, em instalações de instituições parceiras, com o objetivo de possibilitar a todos os participantes do Programa a realização das atividades físicas perto da sua área de residência.

Este modelo de funcionamento mantém-se, apesar da reestruturação realizada ao Programa, em 2012, que resultou na criação do *50+ - Programa de Exercício*, em parceria com a Palmela Desporto, E.M..

Estando identificado o importante papel das instituições parceiras no desenvolvimento do Programa, reconhece-se que este representa custos acrescidos ao seu funcionamento, nomeadamente, com eletricidade e limpeza das instalações.

Neste sentido, e de acordo com o número de aulas semanais e com a alínea u) do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a atribuição dos seguintes apoios financeiros:

- Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela – € 400,00;
- Clube Portais da Arrábida – € 300,00;
- Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano - € 300,00;
- Sociedade Recreativa e Instrutiva 1.º Janeiro, Lagoa do Calvo - € 300,00,

os quais se destinam a comparticipar nas despesas com eletricidade e limpeza, decorrentes da utilização das instalações por parte das aulas de Atividades Gímnicas e Dança do *50+ - Programa de Exercício*, durante a época 2015-2016.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro às instituições parceiras do 50+ - Programa de exercício numerada DEIS 01_03-16 intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** apresenta a seguinte dúvida: se o valor pago por hora é sempre o mesmo, independentemente da instituição, e se no caso da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Palmela o tempo de utilização é superior, o que justifica que o apoio seja diferente das demais instituições.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** confirma que o tempo de utilização e o desgaste é superior, justificando-se assim a diferença de valores. Realça que a cedência das instalações é gratuita e que as despesas com eletricidade, limpeza e desgaste, são as que justificam a diferença de valores.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Juvenil Odisseia no âmbito do projeto “Março a Partir” 2016.

PROPOSTA N.º DEIS 02_03-16:

«Considerando que:

- O projeto *“Março a Partir”* baseia os seus princípios e objetivos num Documento Enquadrador, com base na promoção e divulgação do associativismo juvenil e na promoção da participação dos jovens no Concelho de Palmela, nomeadamente na elaboração,

concretização e avaliação das atividades, assente na partilha de responsabilidades e funções, divisão de tarefas, com relevo para a participação num bem comum e num espírito de cooperação;

- Através da promoção do movimento associativo juvenil do concelho, a autarquia, efetivamente, contribui para o desenvolvimento de uma atitude participativa, responsável e inovadora, dos jovens na sua comunidade, proporcionando-lhes momentos importantes de aprendizagens formais e informais referentes ao desenvolvimento pessoal e social dos jovens;
- O Grupo de Trabalho do projeto "*Março a Partir*" propôs e foi aceite por todos os promotores, em reunião de Mesa Redonda, no dia 10 de dezembro 2015, que a vertente financeira do projeto seja gerida por uma Associação Juvenil pertencente ao Grupo de Trabalho, com caráter de rotatividade anual;
- De acordo com a vontade expressa, em reunião dos promotores do projeto "*Março a Partir*", a Associação Juvenil Odisseia foi designada para aquela função, este ano, responsabilizando-se esta Associação Juvenil e o Grupo de Trabalho do projeto, pela gestão financeira e prestação de contas;

Propõe-se, de acordo com a alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição do apoio financeiro de € 4.000,00 à Associação Juvenil Odisseia, para o desenvolvimento das atividades do projeto "*Março a Partir*".»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à Associação Juvenil Odisseia no âmbito do projeto "Março a Partir" 2016 numerada DEIS 02_03-16 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a leitura da proposta por parte do Sr. Vereador Adilo Costa "apanhou" a seguinte mecânica: um grupo de promotores coloca-se numa mesa redonda e decide como é que vai gastar as verbas municipais. Isso só acontece, porque é vontade da própria Autarquia introduzir esse modelo de desenvolvimento no projeto. Não tem a ver com o movimento em si sentar-se a uma mesa redonda e automaticamente ser embutidos por um direito de utilização para aquilo que bem entenderem fazer com as verbas. Está tudo de acordo.

Constata que a Câmara Municipal decidiu pôr um modelo de participação em que há uma associação que funciona como uma "associação tesoureira". Trata-se de um modelo bastante usado mais em candidaturas europeias com vários parceiros, onde uma assume esse papel e as outras assumem outros. Da parte do/as Eleito/as do PS nada têm a apontar.

Na opinião dos/a Vereadores/a do PS, o "*Março a Partir*" é um projeto não só de participação mas, sobretudo, de desenvolvimento associativo, porque em si não congrega níveis de participação que possam ser satisfatórios. Não existe mal nenhum nisso, pois a participação constrói-se nos seus mais variados níveis. É certo que ocorreu algum desinvestimento, ou um total desinvestimento no projeto, no anterior mandato, o que conduziu a que a participação

decrecesse. Considerando que a participação está estratificada, os jovens não vão aparecer para participarem e serem organizadores «por obra e graça do espírito santo». Em 5.000 assistentes num determinado concerto, com sorte, cativam-se dois ou três que querem ser dirigentes associativos, e mais dois ou três que querem fazer um projeto e constituem um grupo informal. É assim que as dinâmicas se vão construindo, traduzindo-se essa dinâmica ao longo do ano. No fundo, trata-se de uma estrutura/metodologia bastante simples. Como é organizada, ou não, é uma questão de escala, porque quando a escala aumentar essa questão da “associação tesoureira” deixa de ser assim.

Continua dizendo que, para um orçamento de 40.000 euros já é diferente e como não há profissionais nessas associações passa a Câmara Municipal a ter um papel mais ativo nessa estrutura, assim como na gestão financeira. É normal que assim seja, pois tem tudo a ver com a escala e faz parte do desenvolvimento dos projetos. O projeto em discussão, em concreto já atravessou essas fases todas. Presentemente a fase em que se encontra tem a ver com uma mudança de metodologia que responsabiliza o movimento associativo. No fundo, a atividade da área da Juventude resume-se a esse projeto. Em termos da participação dos jovens é difícil vislumbrar outro projeto que não esse, ao longo do ano, o que, em sua opinião, é muito reduzido. Não se refere a projetos micro que as associações fazem, ou vão fazendo, mas de projetos estruturais em que a Autarquia sai da sua posição de observadora/reguladora (em que agora se coloca) e tem uma opinião e uma política própria que estabelece dinâmicas. Por exemplo, não é uma associação que vai realizar uma feira de emprego e congregar os empregadores do concelho numa atividade que poderia fazer parte do programa do “Março a Partir”.

Concorda que se pode aproveitar vários tipos de participação para desenvolverem outras atividades e, com isso, ir melhorando os vários graus de participação e de apoio aos jovens, diluindo-se no ano. O “Março a Partir” pode ser o ano inteiro, mas tem de haver, sobretudo, tem de existir uma política de Juventude, o que considera não ser o caso.

Destaca que há questões que são transversais, e outras que são específicas, sendo que os/a Vereadores/a do PS consideram que as questões específicas não são abordadas com a profundidade e conteúdo suficientes e, como não o são, também não existem resultados para sustentar grande parte do discurso de intervenção junto dos jovens. Os/a Eleitos/a do PS continuam na esperança e disponíveis para o que a maioria CDU considerar que pode ser útil e para ajudar a melhorar, pois possuem ideias concretas (que logicamente carecem de ser melhor explicadas à população juvenil) sobre como é que deve ser trabalhada a área da Juventude.

Adianta que, em termos globais, no que diz respeito à presente proposta, os/a Vereadores/a do PS vão votar favoravelmente.

Os/a Eleitos/a do PS ficam muito agradados pela participação das associações juvenis e estruturas voluntárias, cujos dirigentes e membros tiram do seu tempo e do tempo para a

escola e para a família, a fim de participarem nas ações. Também têm a certeza que os técnicos da Autarquia fazem o melhor que podem, com os recursos que possuem e as orientações que lhes são dadas; o que não quer dizer que os/a Vereadores/a do PS não tenham outras ideias mais abrangentes e mais ambiciosas, porque não vislumbram os resultados e a avaliação qualitativa e quantitativa no final do projeto. Para além disso, dilui-se nesse microuniverso de desenvolvimentos associativos quando entra o “Março a Partir” e as reuniões do Conselho Municipal de Juventude; basta verificar quantas associações juvenis se candidataram a apoios distritais. Pessoalmente, conhece apenas uma, e o apoio dessa associação é mais do que a Câmara Municipal investe no “Março a Partir” num ano. Todas podem concorrer a projetos comunitários ao abrigo do Erasmus+ Juventude em Ação. A Câmara Municipal não se pode excluir que o fazem noutras áreas, com outras coletividades. Não se pode excluir desse papel de orientador, de mentor, de facilitador, e, na sua opinião, à data, o trabalho é inexistente.

Quanto ao *Warm Up*, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** alude a que leu com muita atenção a proposta e a informação técnica que a acompanha e não viu uma referência a que se destina o dinheiro. O mesmo aconteceu na informação técnica do dia 15 do corrente mês, já o concurso estava divulgado e com prémios definidos. À partida já se sabia e, pessoalmente custa-lhe, pois tem de haver algum tipo de controlo, algo escrito em relação à utilização desses 4.000 euros, apesar de ter a certeza que as associações vão ter de fazer render esse dinheiro e vão gastá-lo devidamente. Acontece que a presente reunião é uma reunião de Câmara, e não uma reunião de uma associação juvenil, pelo que era bom que houvesse uma definição maior onde é que essa verba vai ser gasta, como de resto tem sido a prática sempre que propostas de aprovação de verbas são apresentadas – veja-se o que sucedeu na presente reunião onde foi apresentada e discutida ao pormenor a 1.ª alteração orçamental. Trata-se de uma questão de coerência a que a maioria CDU já habituou este executivo e os/a Eleitos/a do PS agradecem. Salienta que os/a Vereadores/a do PS vão votar sempre favoravelmente tudo o que tenha a ver com dinâmicas de trabalho com entidades exteriores. Não obstante, não deixa de levantar algumas ressalvas que são no sentido da melhoria do projeto e da definição dos objetivos e, sobretudo, dos resultados alcançados.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** alega que como não tem a “fogosidade” da juventude do Sr. Vereador Pedro Taleço não vai falar dessa área específica. Contudo, pronuncia-se sobre uma questão, porque aparentemente, quando se vê o documento de apoio que é junto à proposta, parece que a verba diminuiu: em 2015 foi de 5.000 euros, e em 2016 é de 4.000 euros. No entanto, em 2015 refere-se que:

- . 700 euros para bens promocionais;
- . 300 euros para faixas;
- . 4.000 euros para aquisição de um sistema de som;

Constata-se um aumento de 400% face ao ano anterior, porque a verba do equipamento de som é um investimento que é expetável que perdure por muitos anos. Assim, passa-se dos 1.000 euros atribuídos no ano passado para 4.000 euros, no corrente ano. Solicita esclarecimentos sobre a discrepância de verbas em relação a um ano e a outro.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** considera que é sempre possível fazer melhor do que se faz, mas não se deve esquecer que a massa com que se trabalha, no caso concreto, é a juventude. Pessoalmente quer que os jovens sejam mais que espetadores e consumidores. Quer que venham, e preferencialmente em grande número e sejam participantes, intervenientes e definam o que querem.

Quanto ao facto de o “Março a Partir” se encontrar balizado são os próprios jovens a referi-lo e querem fugir dessa fronteira, pois, apesar de ser o mês da juventude, pretendem ir mais além. O problema existente de norte a sul do país em relação ao movimento associativo juvenil e em relação ao movimento associativo em termos globais, é a participação, o saírem de casa, conviverem, não estarem em frente ao computador. Mas isso é algo que todos em conjunto podem ajudar a ultrapassar, desde que nunca se substituam aos jovens.

Relembra a crise financeira existente no período 2011 a 2013 em que o Município não atribuiu nenhuma verba, mas teve mesmo de fazer nesse e em outros projetos. Não havia hipótese. Agora o Município está a retomar paulatinamente os projetos e esse esforço precisa ser reconhecido.

Quanto ao *Warm Up*, o **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que se trata de um «aquecimento». O Festival de Música Moderna vai surgir com as regras que vão ser definidas pela Câmara Municipal. Se é com aquele regulamento ou com outro, não sabe, mas decerto que isso será objeto de discussão. O «aquecimento» foi pensado pelos jovens e propuseram-no em reunião do grupo de trabalho responsável pela coordenação do “Março a Partir” que é composto por:

- Associação Juvenil Odisseia;
- Associação Juvenil “Os Indiferentes”;
- Associação Juvenil COI;
- Bardoada – O Grupo do Sarrafo;
- Associação Teatro Sem Dono;
- Associação de Escoteiros de Portugal – Grupo 40 Palmela.

Quanto às verbas atribuídas, esclarece que no período de grande dificuldade financeira do Município chegou-se a perguntar ao movimento associativo juvenil se pretendiam desistir ou continuar, e a resposta unânime foi a de continuar. Tiveram essa coragem mesmo sem o contributo financeiro do Município. Em 2014, para além do apoio logístico, técnico e dos equipamentos municipais, a Câmara Municipal começou por atribuir uma verba. Em 2015, a

verba atribuída foi de 4.000 euros. Sobre essa verba relata que foi interessante observar a forma como o grupo de trabalho decidiu aplicá-la, depois de um processo de muita discussão. A Associação Teatro Sem Dono queria canalizar parte dessa verba para o teatro, mas chegaram à conclusão que deviam consolidar um problema recorrente que se prendia com o som. Assim, decidiram aplicar os 4.000 euros na aquisição do som, sendo que passaria a ser utilizado ao longo do ano pelo movimento associativo juvenil. Não houve menos dinheiro. O restante foi conseguido para as *t-shirts*, faixas e tendas. Para o corrente ano a verba pretendida é de 4.000 euros.

Quanto aos prémios, o **Sr. Vereador Adilo Costa** informa que o grupo de trabalho definiu 500 euros em prémios, distribuídos da seguinte forma:

- 300 euros em aquisição de material de música para o 1.º lugar;
- 150 euros em aquisição de material de música para o 2.º lugar;
- 50 euros em aquisição de material de música para o 3.º lugar.

Salienta que o mais importante - aquilo que os jovens mais valorizam - não é o valor dos prémios, mas poderem fazer uma *livetake* e o vencedor ter a possibilidade de ir ao Festival Liberdade, no Barreiro. A mais-valia é a possibilidade de poderem estar com jovens de outros concelhos da Península de Setúbal e discutirem sobre os assuntos relacionados com a juventude.

Mais refere que existe um problema que foi discutido, quer no “Março a Partir”, quer nas reuniões do Conselho Municipal de Juventude e que, possivelmente, no corrente ano seja passível de resolução, e que se prende com o público e com as dificuldades sentidas em criar as suas associações de estudantes. Este ano existem duas Associações de Estudantes, uma em Pinhal Novo e outra em Palmela. Espera que não seja só para fazerem a viagem de finalistas, mas para algo mais interessante. Esse é o propósito e o desejo da Câmara Municipal.

Quanto à avaliação do “Março a Partir” - Após cada edição, os jovens fazem uma avaliação dos aspetos positivos/negativos e da forma como foi organizado o projeto. Refira-se que são bastantes críticos. Os benefícios são evidentes, pois trazem sugestões para o “Março a Partir” do ano seguinte. Concorda que a avaliação possa ser reforçada, mas não é correto afirmar-se que a mesma não é feita.

Quanto às linhas de orientação da Câmara Municipal, o **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que o Município assume que a área da Juventude é uma área transversal e abrange toda a sua atividade. O Município deve ser o facilitador e o indutor do trabalho da juventude, porém, não é o orientador ou o grande orientador da juventude. Isso está muito longe da realidade, pois o Município não é o Movimento Reorganizativo Partido do Proletariado (MRPP) da juventude. Os jovens possuem vida própria e a Câmara Municipal tem de induzir, facilitar e conceder-lhes espaço, mas nunca substituí-los.

A participação dos jovens não se resume só ao “Março a Partir”, podem-se acrescentar:

- O Projeto ‘(A) Gente do Bairro’;
- O Projeto Voluntariado Jovem “Agir de Corpo Inteiro”;
- Os Fóruns da Juventude;
- A Academia da Proteção Civil de Palmela
- A dinamização do Centro Histórico da Vila de Palmela;
- Outras parcerias que têm havido ao longo do ano;
- Um conjunto de projetos de lazer, de desporto e de educação pela arte que são diretamente dirigidos aos jovens;
- O Conselho Municipal de Juventude.

Com o Conselho Municipal de Juventude acabou por se arranjar um figurino que aceita os grupos informais, algo que os grupos formais e inscritos na respetiva área não queriam aceitar. Felizmente imperou o bom senso e todos passaram a estar representados.

Conclui dizendo que existe muito a fazer e, certamente, o Sr. Vereador Pedro Taleço também comunga da mesma opinião. Há um caminho a percorrer e urge aumentar a participação dos jovens, mas também não é correto definhar e diminuir o que está a ser efetuado.

O **Sr. Presidente** comenta que qualquer jovem dispensaria um discurso de catedráticos sobre estas questões. Importa deixar os jovens fazer!

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** afirma que o Partido Socialista não entende que ter políticas de juventude seja ter uma tutoria sobre a juventude. Aliás, esse mero pensamento, por si só, é muito grave. Ao invés de políticas de tutoria de juventude, o PS bate-se pela existência de políticas de juventude. É muito defensável que se ache que se tem de deixar os movimentos juvenis ‘respirarem’ e realizarem ações, mas cabe à Câmara Municipal ter políticas de juventude. É disto que os/a Vereadores/a do PS se queixam.

O **Sr. Presidente** menciona que para uns casos a transversalidade dá jeito, para outros não. Relembra que já foram aprovadas em reunião de Câmara várias medidas que se referem a políticas de juventude, pois não existem políticas isoladas. Como exemplo, destaca o Arrendamento Jovem e os incentivos e reduções que aconteceram nessa área. Para além de ser uma política de Juventude, insere-se igualmente numa política de reabilitação urbana e, também, numa política de redução de taxas. Isto está subjacente a uma série de outras questões, pois que não se esqueça o que é feito na área desportiva (as férias desportivas e culturais, por exemplo), para além dos projetos próprios do Município. Importa destacar que existe trabalho em parceria; há apoio logístico de outras instituições e de outras entidades que trabalham com fundos públicos, nomeadamente, com a Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E. M. Unipessoal, Lda., e devem-se conferir os números e os resultados de todo esse trabalho.

Pessoalmente ficou surpreendido pelo facto de uma proposta como a que está a ser objeto de discussão tenha suscitado tantas considerações e algumas já tão 'blindadas' e tão assertivas e com certezas de tudo, quando, nesse domínio, quer da sua aprendizagem pessoal enquanto jovem, enquanto interventor cívico, professor e formador sempre acreditou noutra forma de fazer, dando espaço aos jovens para que também eles intervenham, marquem e redefinam as orientações daquilo que querem para a sua área. Outras matérias mais estruturadas podem ter efeitos contraproducentes. Aquando do balanço de mais uma edição do "Março a Partir" haverá oportunidade de debater todas estas questões.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Atribuição de topónimos na Freguesia de Palmela.

Requerente: Câmara Municipal de Palmela. Processo Top-928/2015. Local: Vale de Cantadores / Enxarrapais / Buenos Aires / Fonte do Cortiço – Palmela.

PROPOSTA N.º DAU 01_03-16:

«No âmbito da análise de um pedido de indicação de número de polícia para um edifício localizado na Estrada de Enxarrapais, que motivou a aprovação deste topónimo, por deliberação municipal de 19.08.2015, os serviços responsáveis pela Toponímia da Divisão de Administração Urbanística (DAU), procederam ao levantamento/estudo dos arruamentos na envolvente, que sendo públicos e pertencendo à rede viária municipal, ainda não tinham topónimos aprovados.

Do trabalho realizado resultou a necessidade de atribuição de designação toponímica a três arruamentos, melhor identificados na planta anexa, tendo-se considerado, nos termos do despacho do Sr. Vereador do Pelouro de 26.06.2015, do parecer da Comissão de Topónimo reunida a 09.07.2015 e do parecer da Junta de Freguesia de Palmela emitido a 27.07.2015, e face, quer à extensão dos mesmos, quer às características de ocupação, aplicar o projeto "O nome da minha rua" aos seguintes topónimos propostos pelo serviços:

1. Estrada de Enxarrapais – alteração da extensão do topónimo para incluir o troço entre a passagem superior da A2 até à Rua José Mestre;
2. Rua Vale de Cantadores;
3. Estrada Fonte do Cortiço;

O projeto referido, que visa recolher a opinião dos munícipes residente (efetuando o correspondente registo), por forma a prestar um serviço público de proximidade e cercania, com o objetivo de que a população se sinta integrada e identificada no processo de decisão, foi concretizado entre 17.11.2015 (entrega dos convites à participação porta a porta) e 24.11.2015

(recolha também porta a porta), com possibilidade de entrega por outros meios ao dispor até 04.12.2015 e foram obtidos os seguinte resultados:

Topónimo	Convites à participação				
	Distribuídos	Recolhidos/Recebidos			
		Concordantes	Discordantes	Total	Resultado
Estrada de Enxarrapais	5	3	1	4	Favorável
Estrada Fonte do Cortiço	17	7	1	8	Favorável
Rua Vale de Cantadores	3	2	0	2	Favorável

Nota₁ - Face ao universo reduzido não se apresentam resultados percentuais.

Nota₂ - Em todos os topónimos em causa verificou-se um nível de participação significativo, sendo que as opiniões concordantes, perfazem, para cada arruamento, a maioria dos efetivos participantes.

Relativamente ao topónimo Estrada de Enxarrapais, a presente proposta configura, em rigor, uma alteração à extensão do topónimo aprovado por deliberação municipal de 19.08.2015, já invocada, julgando-se pertinente esclarecer que, tratando-se de uma designação com referência a designações cartográficas e uma vez que junto ao entroncamento com a Rua José Mestre o local é “Buenos Aires” e não “Enxarrapais”, acautelou-se, mediante a aplicação do projeto “O nome da minha rua”, a efetiva identificação dos residentes à designação proposta.

Os topónimos agora propostos enquadram-se nos termos da alínea b) do n.º 1, do artigo 9º, do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela (RTCP), correspondem efetivamente a designações reconhecidas/aceites pelos residentes e visa garantir uma melhor identificação dos locais, principalmente para os serviços de emergência, médica e civil e para a distribuição postal.

Face ao exposto, considerando que do procedimento antes referido não resultou qualquer razão que obste aos topónimos propostos, considerando também o parecer favorável da Comissão de Toponímia, reunida a 09.07.2015, em cumprimento do disposto no nº 2 do art.º 5º do RTCP, e consultada a Junta de Freguesia de Palmela, que emitiu parecer de sentido favorável às referidas designações, datado de 27.07.2015, **propõe-se**, ao abrigo do disposto na alínea ss) do n.º 1, do art.º 33º, da Lei 75/2013, na redação em vigor, a aprovação da atribuição dos três topónimos antes descritos aos arruamentos identificados na planta em anexo, que faz parte integrante da presente deliberação.»

Sobre a proposta de Atribuição de topónimos na Freguesia de Palmela numerada DAU 01_03-16 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** aproveita a ocasião para frisar que a equipa da toponímia é muito pequena e que o trabalho de recolha porta a porta é feito, normalmente, fora de horas, o que implica um reconhecimento aos técnicos Frederico Carmo e Francisco Ramalho, e à coordenação, Eng.ª Vanda Branco, pois sem o esforço conjunto não seria possível obter o

retorno dos/as munícipes, uma vez que às horas de funcionamento dos serviços não se encontram as pessoas em casa.

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** questiona sobre se estão previstas a atribuição de mais topónimos para os tempos mais próximos e para a freguesia de Palmela, pois tem conhecimento de casos que já foram requeridos, ao que o **Sr. Vereador Pedro Taleço** responde que existem dois processos em estudo.

Mais informa o **Sr. Vereador Pedro Taleço** que no ano transato (2015) foi completado o cadastro da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, sendo que se encontram 16 topónimos para atribuir, correspondente a locais onde vivem pessoas. No corrente ano está a ser abordada a freguesia de Quinta do Anjo, deixando para o próximo ano as duas freguesias que têm menos casos pendentes. De qualquer maneira nada fica por resolver, sejam casos apresentados por reclamação, sejam casos apresentados por solicitação. Também está a ser feito um esforço para contornar algumas referências de toponímia iguais dentro da mesma freguesia.

O **Sr. Presidente** suscita uma questão para perceber se no estudo que é feito de arruamentos sem topónimo, ou de novos espaços urbanos que venham a ter arruamentos, se tem sido considerada mais do que uma hipótese, pois recorda que houve uma deliberação municipal para atribuição do topónimo “António Matos Fortuna” em várias freguesias do concelho.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** comunica que não tem conhecimento dessa deliberação municipal, mas afirma que a designação “António Matos Fortuna” se encontra aprovada para todas as freguesias do concelho, pelo que não pode ser repetida. Para mais aprovações, só funcionando por localidades.

O **Sr. Presidente** menciona que é a isso que se refere. Por lapso mencionou “deliberação municipal”, mas tratou-se de uma recomendação da Assembleia Municipal de Palmela para que haja a possibilidade de, em cada freguesia, haver também a atribuição do topónimo “António Matos Fortuna”.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** esclarece que essa é uma informação que não possuía e também não lhe foi transmitida pelos serviços, o que é perfeitamente natural, pois os serviços também corresponderam a uma transição nos mandatos, nas coordenações e, provavelmente, esse fluxo de informação não aconteceu. Contudo, parece-lhe relativamente fácil de corrigir, pelo que vai ser agendado. Regista que a maior dificuldade se prende em encontrar referências a nomes de mulheres para atribuição. Está a tentar ir pelas primeiras eleitas, por exemplo, sendo expetável que, até final do corrente ano, essa situação possa estar resolvida.

O **Sr. Presidente** deixa a sugestão para que não se esqueçam da Irene Lisboa, pese embora haja muitas outras, inclusive jornalistas locais.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** comenta que já foi atribuído o topónimo Irene Lisboa.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se algum dos Munícipes quer intervir.

Não há intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e quinze minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco